

HABEAS CORPUS Nº 548.371 - RS (2019/0355716-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : REGIS AUGUSTO MARTINS XAVIER - RS031900
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : VINICIUS RAFAEL DO NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

O paciente alega sofrer constrangimento ilegal diante de acórdão proferido pelo Tribunal de origem no Recurso em Sentido Estrito n. 70081829343.

A defesa postula, liminarmente e no mérito, a **revogação da prisão preventiva**, por considerar inidôneos os motivos elencados no acórdão combatido para restabelecer a cautela extrema, sobretudo porque os crimes imputados ao réu – receptação e adulteração de sinal identificador de veículo automotor – não foram perpetrados com violência ou grave ameaça.

O pedido de urgência não comporta acolhimento.

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, observo que a Corte local lastreou a determinação de **custódia provisória do réu no risco de reiteração delitiva**, como se depreende do seguinte excerto (fl. 16, grifei):

Vinicius foi flagrado por guardas municipais conduzindo veículo com sinais identificadores adulterados e que havia sido objeto de roubo no dia anterior, tendo, ademais, tentado fugir da abordagem. Além disso, ele é reincidente em crime doloso, na medida em que ostenta condenação com trânsito em julgado pela prática do ilícito de roubo majorado

Superior Tribunal de Justiça

(processo nº 087/2.16.0002034-8), e **está respondendo a várias outras ações penais, pela prática de crimes de roubo majorado, porte ilegal de arma de fogo de uso proibido e receptação dolosa.**

A análise dessas circunstâncias leva a reconhecer que há perigo na soltura do recorrido. Sua vida pregressa e as circunstâncias do flagrante demonstram sua inaptidão ao convívio social, pois, mesmo já condenado insiste na prática delitiva.

Não se trata de presumir a culpa, mas sim de reconhecer a presença de um risco, razoavelmente fundado, e lançar mão de medida cautelar para evitá-lo e, com isso, garantir a ordem pública, que é abalada pela liberdade daqueles que reiteram na conduta ilícita.

Tais circunstâncias, a um primeiro olhar, justificam a fixação da cautela extrema.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, sobretudo quanto à eventual prolação de sentença, **via malote digital.**

Com a resposta, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**